



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**DECRETO Nº 44/2023**

**DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023**

**DECRETA O REGIMENTO INTERNO DA INCUBADORA  
DE EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO  
MONLEVADE/MG.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI; e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição da República, e no art. 13 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

**Decreta:**

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A INCUBADORA DE EMPRESAS DE JOÃO MONLEVADE, com sede na Av. Wilson Alvarenga, nº 10, Bairro Belmonte, João Monlevade/MG, com prazo de duração indeterminado, regida pelas diretrizes e normas gerais estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 em seu art.179; Lei nº10.973 de 02 de dezembro de 2.004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2.016, Lei Municipal nº 2.077 de 26 de maio de 2.014, Lei Municipal 2.277 de 12 de junho de 2018 e Lei Complementar 10 de 12 de junho de 2018, com fulcro no art. 1º e 4º Parágrafo único da Lei Municipal 2.277/2018, REGULAMENTA, de forma simplificada, as suas regras para fins de fomento, organização, funcionamento, e detalhamento das competências por meio deste REGIMENTO INTERNO.

**Parágrafo único.** Este REGIMENTO INTERNO constitui ato administrativo que deverá ser



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

aprovado e assinado pelo Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e pelo Agente de Desenvolvimento Econômico do Município de João Monlevade.

**Art. 2º** A Incubadora de Empresas do Município de João Monlevade compreende a área física com respectivas instalações, localizada no endereço especificado no artigo supra, a infraestrutura e os serviços destinados a apoiar, de forma compartilhada e por tempo determinado, nos termos do art.º 32, da Lei Municipal nº 2.077 de 26 de maio de 2.014, projetos para a criação e desenvolvimento de empresas, preferencialmente Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI - com o objetivo de transformar conhecimentos formais, informais, científicos e tecnológicos em produção de bens e serviços que valorizem o bem-estar social.

**Art. 3º** A Incubadora de Empresas incentivará o desenvolvimento de produtos, serviços e projetos realizados pelos incubados, podendo disponibilizar a cessão de espaço físico, bem como suporte técnico e administrativo, a serem ajustados em instrumentos próprios, a Incubadora de Empresas poderá fomentar através de atividades e eventos a formação da atitude empreendedora e inovadora não só para os empreendimentos que procuram o seu apoio, mas também para empresas como um todo.

**Parágrafo único.** O apoio a que se refere este artigo tem a finalidade de fomentar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas municipais, estaduais e nacionais referentes à incrementação da gestão de negócios privados.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 4º** Para fins deste regimento, define-se:

**I-** **INCUBADORA DE EMPRESAS:** um mecanismo de estímulo ao empreendedorismo e a inovação tecnológica, oferecendo facilidades para amparar o estágio inicial e o desenvolvimento de empresas em especial de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual – MEI, industriais, de prestação de serviços, e ou de base tecnológica, podendo oferecer, temporariamente, espaço físico, sede e serviços de infraestrutura física e administrativa, para o uso compartilhado, bem como assessoria gerencial e técnica destinado através de uma entidade qualificadora



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

proporcionando-lhes incentivo ao crescimento e consolidação em prazo determinado.

**II- AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:** Articulador, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Município e sob sua supervisão, das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, designado pelo Poder Executivo Municipal, no termos do art.º 21, da Lei Municipal nº 2.077 de 26 de maio de 2014.

**III- ENTIDADE QUALIFICADORA:** Pessoa jurídica, sem fins lucrativos com funções definidas por lei, sendo responsável junto ao governo municipal pela cooperação técnica para programa de incubação da Incubadora de Empresas de João Monlevade terá como orientação base a metodologia do modelo para desenvolvimento de negócios CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos) da ANPROTEC (Associação Nacional das Entidades Produtoras de Empreendimentos Inovadores).

**IV- COORDENADOR TÉCNICO:** Profissional designado para coordenar o planejamento, detalhamento, cronograma de projetos e monitoramento do programa de incubação junto às empresas Incubadas, designado pela entidade qualificadora sob aprovação do Conselho Administrativo, cuja finalidade é dar suporte administrativo e realizar ações voltadas aos objetivos da Incubadora de Empresas.

**V- INOVAÇÃO:** A implementação de um produto, bem ou serviço novo ou significativamente melhorado nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. A inovação pode apresentar múltiplas possibilidades, tais como redução de custos, acesso à tecnologias e ao conhecimento. Esses fatores podem significar uma alternativa competitiva de desenvolvimento, levando um empreendimento à maximização das suas potencialidades e a soluções para os obstáculos enfrentados.

**VI- Programa de Incubação:** Compreende o conjunto de atividades que objetivam o fortalecimento de empresas nascentes ou em desenvolvimento, com ênfase na formação do empreendedor e estruturação de seu negócio.

**VII- PRÉ-INCUBAÇÃO:** Período de tempo determinado, no qual os empreendimentos aprovados no processo seletivo poderão estar concretizando sua ideia (dominando a tecnologia e o processo de produção), utilizando os serviços e orientações da Incubadora para definição do plano de negócio do empreendimento. Também denominada fase de ideação, corresponde ao conjunto de atividades que servem para estimular o empreendedorismo e preparar os projetos que tenham potencial de negócios, com ênfase na conscientização empreendedora.

**VIII- ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO:** Os ecossistemas de inovação referem-se aos sistemas interorganizacionais, políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos pelos quais um ambiente propício



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

ao crescimento do negócio é catalisado, sustentado e apoiado. Ecossistema de inovação é uma abordagem integrada para o desenvolvimento

**IX-** HUB DE INOVAÇÃO: Módulo dedicado para um coworking visando ser um ambiente de apoio a empresas e empreendimentos tecnológicos, especialmente negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação (apps, softwares, aplicativos, sistemas).

**X-** EMPRESA GRADUADA: Empresa que passou pelo processo de incubação e alcançou maturidade para se graduar.

**XI-** EMPRESA INCUBADA: Pessoa jurídica que, a partir de habilitação em processo seletivo e formalização de contrato, se encontra instalada na Incubadora de Empresas, usufruindo do apoio para seu desenvolvimento e aprimoramento, durante a vigência de seu contrato com a Administração Pública Municipal.

**XII-** INSTITUIÇÕES PARCEIRAS: Pessoas jurídicas que mantenham convênio ou parceria com o Município de João Monlevade, com a entidade qualificadora e/ou a Incubadora de Empresas, visando contribuir para a expansão, consolidação e aperfeiçoamento das atividades da Incubadora de Empresas e Empresas Incubadas.

**XIII-** CONTRATO DE COMODATO: Instrumento jurídico, firmado entre as Empresas Incubadas e a Administração Pública Municipal, que possibilita às mesmas o uso do espaço, dos bens e serviços da Incubadora de Empresas do Município de João Monlevade, nos termos do Edital de Seleção, Regimento Interno e de seus próprios termos.

**XIV-** MÓDULO BÁSICO: Constituído por área coberta de 80m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados), com ponto para ligação de rede de energia elétrica, rede de água potável, ponto para ligação de telefone, integrante do espaço total da estrutura física da Incubadora de Empresas.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS**

**Art. 5º** É missão da Incubadora de Empresas:

**I-** Apoiar empreendedores que reúnam as condições necessárias para a formação e desenvolvimento de seus negócios, primando pelas tecnologias inovadoras;



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- II- Estimular a cooperação e sinergia entre as Empresas Incubadas e seu público alvo;
- III- Promover uma cultura de empreendedorismo responsável, sustentado pela inovação, crescimento e estímulo à competitividade empresarial.

**Art. 6º** É Visão da Incubadora de Empresas:

- I- Proporcionar ideias em negócios rentáveis e competitivos no seu mercado de atuação;
- II- Contribuir para o desenvolvimento econômico e bem-estar social da comunidade envolvida direta ou indiretamente nos projetos dos incubados;
- III- Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social por meio da inovação aplicada à economia e à educação destinadas à comunidade.

**Art. 7º** São valores da Incubadora de Empresas:

- I. Transformação de boas ideias de negócio em projetos exequíveis;
- II. Estímulo à criação de novas empresas qualificadas;
- III. Envolvimento dos incubados num ambiente inspirador propício à inovação e troca de ideias;
- IV. Apoio à disseminação de boas práticas, acesso ao capital, promoção e dinamização de redes **e parcerias;**
- V. Fomento do intercâmbio entre as várias Empresas Incubadas e os parceiros associados;
- VI. Contribuição para a dinamização regional, por meio da renovação do tecido empresarial local, da criação de empresas e emprego qualificado;
- VII. Orientação e capacitação das empresas rumo a saírem do estado atual para o estado desejado.

#### **CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS**

**Art. 8º** São objetivos gerais da Incubadora de Empresas:

- I- Apoiar a formação e consolidação de empresas, em especial Microempresas – ME, Empresas de



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI de base tradicional e tecnológica;

**II-** Desenvolver, no Município de João Monlevade, uma cultura empreendedora e de inovação e ser um ator de fomento do ecossistema local de inovação;

**III-** Apoiar e desenvolver atividades especializadas relativas ao desenvolvimento tecnológico, científico e de inovação vinculado a Instituições de Ensino Superior especialmente na forma de programas tecnológicos ou projetos, envolvendo pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, protótipos, unidades-piloto, inovação de produtos e processos tecnológicos;

**IV-** Ser um habitat de inovação atraente e decisivo para os empreendedores e relevante para o ecossistema local;

**Art. 9º** São objetivos específicos da Incubadora de Empresas:

- I.** Possibilitar às Empresas Incubadas o uso dos serviços e infraestrutura oferecidos, mediante o cumprimento de obrigações e condições estabelecidas neste regimento e no Contrato de Comodato;
- II.** Propiciar às empresas incubadas condições favoráveis para o desenvolvimento de seus negócios e para que prosperem em ambientes e situações adversas;
- III.** Identificar novas oportunidades que possam ser oferecidas às empresas visando ao estabelecimento de novos negócios a partir de novos conceitos;
- IV.** Facilitar a aproximação das empresas incubadas com instituições de ensino e entidades de apoio a empreendedores, a fim de estabelecer programas duradouros que disseminem a prática do empreendedorismo;
- V.** Ampliar o relacionamento com a comunidade externa, oportunizando eventos, intercâmbio de informações, primando por conhecimentos e experiências;
- VI.** Desenvolver iniciativas de incentivo a pesquisas e projetos empreendedores voltados para a vocação regional;
- VII.** Viabilizar oportunidades de empregos, estágios e negócios a alunos e ex-alunos das instituições de ensino locais e da comunidade externa;
- VIII.** Organizar e/ou incentivar a realização de eventos coletivos ou individuais, no sentido de divulgar e promover as atividades que constituem objeto de trabalho dos incubados.
- IX.** Incentivar a rede de colaboração governo-sociedade.



## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA INCUBADORA DE EMPRESAS**

**Art. 10** A estrutura física da Incubadora de Empresas compreende uma área de terreno de 2.762,39m<sup>2</sup> (dois mil setecentos e sessenta e dois vírgula trinta e nove metros quadrados), localizada na Avenida Wilson Alvarenga, nº 10, bairro Belmonte, João Monlevade/MG, composta por:

- I.** 10(dez) módulos básicos, cada um com 80m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados);
- II.** Banheiros, masculino e feminino, de uso comum aos incubados;
- III.** Cozinha e estacionamento, de uso comum aos incubados;
- IV.** Espaço administrativo, formado por recepção, escritório, sala de reuniões e sala de treinamento;
- V.** Duas salas de apoio.

**Art. 11** A estrutura administrativa da Incubadora de Empresas é formada por 01 (um) Agente de Desenvolvimento Econômico, 01 (um) Conselho Administrativo, 01 (um) Coordenador Técnico.

**§1º** Caberá ao Poder Executivo Municipal a designação de servidor que exercerá a função de Agente de Desenvolvimento Econômico em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com vistas a promover as articulações das ações necessárias para planejamento, monitoramento e gestão conjunta da Incubadora de Empresas.

**§2º** São atribuições do agente de desenvolvimento econômico:

- I.** Cumprir e fazer cumprir as decisões, diretrizes e normas estabelecidas neste regimento;
- II.** Organizar e manter arquivos de documentação administrativa e cadastro de informações operacionais, na Incubadora de Empresas;
- III.** Requerer e recompor materiais de expediente e de consumo;
- IV.** Convocar e coordenar reuniões administrativas no âmbito da Comissão Especial, e do Conselho Administrativo;
- V.** Promover a gestão dos recursos financeiros advindos das receitas da Incubadora de Empresas, atendendo aos princípios norteadores da



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

Administração Pública, na forma de registro de atos e fatos financeiros, e arquivamento da documentação comprobatória.

**§3º** A Administração Pública Municipal poderá ceder, temporariamente, outros empregados públicos municipais e/ou estagiários para o exercício de funções necessárias à gestão da incubadora, mediante solicitação prévia do Agente de Desenvolvimento Econômico e respectiva aprovação do Chefe do Executivo Municipal.

**§4º** Caberá à Entidade Qualificadora a designação do Coordenador Técnico.

**Art. 12** Fica criado o Conselho Administrativo, instância máxima de deliberação conjunta dos assuntos relacionados à Incubadora de Empresas, composto por:

#### **I- Poder Executivo**

- a. Dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Econômico, dentre eles o Agente de Desenvolvimento Econômico;
- b. Um representante Procuradoria Jurídica do Município;
- c. Um representante da Secretaria Municipal de Fazenda.

#### **II- Da Entidade Qualificadora**

- a. Dois representantes da Diretoria da ACIMON;
- b. Gerente Executivo ACIMON;
- c. Um outro representante que o Presidente da ACIMON vier a indicar.

**Art. 13** São funções do Conselho Administrativo

- I. Deliberar sobre notificação, condições de uso, convênios, acordos, contratos, compromissos, termos de cooperação, dentre outros assuntos que envolvam atividades da Incubadora de Empresas e/ou das Empresas Incubadas;



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- II. Alterar, valores de tarifa, ou outras contrapartidas que possam recair sobre os incubados, durante o período de comodato, sendo obrigatório o pedido fundamentado, acompanhado de planilha de custo;
- III. Elaborar as normas, regras, procedimentos e alterações deste regulamento formalizado por decreto do Chefe do Executivo Municipal;
- IV. Elaborar do cronograma financeiro;
- V. Elaborar o edital de chamamento público, com a devida assessoria e cooperação da Procuradoria Jurídica do Município;
- VI. Nomear a Comissão Especial a ser aprovada pelo Chefe do Executivo Municipal;
- VII. Aprovar a Prestação de Contas;
- VIII. Criar e aprovar o Calendário de Atividades e o plano de ação da Incubadora;
- IX. Reunir-se mensalmente para avaliar e deliberar sobre as ações planejadas para o mês subsequente.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA COORDENAÇÃO TÉCNICA DA INCUBADORA**

**Art. 14** O desenvolvimento das atividades de sensibilização, seleção e do programa de desenvolvimento dos empreendimentos da Incubadora de Empresas de João Monlevade ocorrerá por meio da ACIMON (Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade) denominada entidade qualificadora instituída por decreto através de instrumento de convênio de cooperação técnica com o Executivo.

**Art. 15** O Programa de Incubação terá como orientação base a metodologia do modelo para desenvolvimento de negócios CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos) da ANPROTEC (Associação Nacional das Entidades Produtoras de Empreendimentos Inovadores) cujo certame será supracitado no contrato de comodato firmado com os empreendimentos selecionados para a Incubadora.

**§ 1º** Cabe à entidade qualificadora:

- I. Promover parcerias com entidades ou instituições de ensino com o fim de promover



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

atividades educativas a estudantes, no âmbito das finalidades da Incubadora de Empresas;

- II. Implantar o desenvolvimento das atividades de sensibilização, seleção e do programa de desenvolvimento dos empreendimentos da Incubadora de Empresas;
- III. A designação e contratação do Coordenador Técnico da Incubadora de Empresas;
- IV. Buscar parcerias e viabilizar articulações com entidades e órgãos pertinentes, com vistas à obtenção de apoio e recursos para a efetivação de projetos e empreendimentos da Incubadora de Empresas e das Empresas Incubadas;

**§ 2º** Constituem funções do Coordenador Técnico:

- I. Receber empresas classificadas para incubação, orientando-as acerca das regras de funcionamento da incubadora, assim como acompanhá-las em suas atividades durante o período de vigência do contrato;
- II. Acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho das Empresas Incubadas bem como seus níveis de maturidade até a graduação;
- III. Orientar as ações de planejamento, qualificação e monitoramento nas áreas, desenvolvimento do empreendedor, mercado, capital e tecnologia;
- IV. Promover a integração entre as Empresas Incubadas e sua articulação com agentes internos e externos, incentivando a sua participação em feiras e eventos técnicos, e com o ecossistema mineiro de inovação;
- V. Convocar e coordenar reuniões administrativas no âmbito da Comissão Especial e do Conselho Administrativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA COMISSÃO ESPECIAL**

**Art. 16** Fica criada a COMISSÃO ESPECIAL, a qual tem a finalidade de selecionar, avaliar, aprovar e classificar projetos e empresas para participação no programa de incubação da Incubadora de Empresas de João Monlevade, a ser nomeada por ato oficial do Chefe do Executivo.

**Parágrafo único.** A Comissão Especial é composta por:



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

- I. Agente de Desenvolvimento que atuará na condição de Presidente;
- II. Coordenador Técnico que atuará como Secretário;
- III. 1(um) Membro da ACIMON;
- IV. 1(um) membro da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP;
- V. 1(um) membro da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG;
- VI. 1(um) membro do Sindicato da Indústria - SIME;
- VII. 1(um) membro de representante das universidades privadas instaladas no Município;
- VIII. e outros membros, titulares e suplentes, que o Conselho Administrativo vier a indicar.

**Parágrafo único.** Nenhum membro da Comissão Especial poderá participar de forma alguma do Edital de seleção de projetos/empresas, enquanto interessado, ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou parentesco com os interessados.

**Art. 17** A Comissão Especial reunir-se-á sempre que convocada pelo seu Presidente, Agente de Desenvolvimento Econômico Municipal ou pelo Secretário da Comissão Especial, devendo obedecer a quórum mínimo de maioria simples (50%+1).

**Parágrafo único.** As deliberações serão tomadas em reunião por maioria simples de voto (50%+1).

**Art. 18** Os integrantes da Comissão Especial terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a prorrogação pelo mesmo prazo, conforme definir o Chefe do Executivo Municipal.

**Art. 19** A Comissão Especial instituída pela Administração Municipal exercerá as seguintes funções:

- I. Selecionar, avaliar, aprovar e classificar os projetos apresentados pelos interessados em incubação, de acordo com os critérios e condições estabelecidas em edital;
- II. Repassar em cópia física e/ou de mídia, ao Conselho Administrativo, e toda a documentação pertinente á questões relativas ao processo de seleção da Incubadora de Empresas para que possam ser devidamente arquivadas na Incubadora de Empresas.

**Art. 20** As regras do Certame serão definidas e estarão contidas no termo de Referência do



Conselho Administrativo quando do advento de novos empreendimentos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DESPESAS DA INCUBADORA DE EMPRESAS**

**Art. 21** O patrimônio da Incubadora de Empresas fará parte do acervo patrimonial da Prefeitura Municipal de João Monlevade, a ele se incorpora desde o início.

**Parágrafo único.** Incubadora de Empresas pode receber, mediante cessão de uso de bens, os bens móveis e imóveis, oriundos de entidades públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, órgãos da Administração Pública de outros Municípios, Estados ou da União, podendo ser formalizado mediante parcerias, contratos, acordos e/ou outros ajustes, tendo como finalidade o alcance da missão e dos objetivos da Incubadora de Empresas.

**Art. 22** São fontes de receita da Incubadora de Empresas:

- I. Tarifas, contrapartidas e contribuições;
- II. Doações de terceiros;
- III. Recursos advindos de participações em eventos ou de eventos promovidos pela própria incubadora;
- IV. Outros auxílios estipulados em favor da Incubadora de Empresas pela União, Estados, Municípios, pessoas físicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
- V. Recursos advindos de convênios e outros acordos com entidades públicas ou privadas.

**Art. 23** Constituem despesas da Incubadora de Empresas:

- I. Contratações de serviços de terceiros – pessoa física;
- II. Contratações de serviços de terceiros – pessoa jurídica;
- III. Aquisição de materiais de consumo em geral;
- IV. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- V. Obras e reparos necessários;
- VI. Água, energia elétrica, segurança, telecomunicação e internet;



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**VII.** Locações diversas;

**VIII.** e outros.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros destinados à Incubadora de Empresas, bem como as receitas decorrentes de bens e serviços, são vinculados à Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de João Monlevade e deverão ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento das atividades precípua da Incubadora de Empresas.

**Art. 24** A Tarifa de Utilização do Sistema Compartilhado de Incubação é o pagamento mensal realizado como contrapartida pela Empresa Incubada, qual deverá ser feito até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencido, de acordo com os termos da Lei Complementar 10/2018 de 12 de junho de 2018.

**§ 1º** A cobrança da Empresa Incubada para o pagamento da Tarifa de Utilização do Sistema Compartilhado de Incubação será de responsabilidade do Agente de Desenvolvimento.

**§ 2º** O atraso para o pagamento da Tarifa de Utilização do Sistema Compartilhado de Incubação de 03 meses consecutivos acarretará em notificação extrajudicial, com prazo máximo de 10 dias úteis para sua regularização. O não cumprimento ensejará nas sanções previstas no Código Tributário Municipal e desocupação do módulo objeto de incubação, no prazo máximo de 30 dias (trinta).

**§ 3º** A revisão da Tarifa de Utilização do Sistema Compartilhado de Incubação deverá ser feita a partir de pedido fundamentado do Gerente Executivo, encaminhado ao Conselho Administrativo.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS EMPRESAS INCUBADAS**

**Art. 25** Os interessados em participar do processo de seleção de projetos/empresas, deverão retirar a documentação pertinente ao processo de seleção, por meio físico ou digital, para apresentação de proposta de empreendedorismo ou start-up, respeitando os respectivos horários de funcionamento, nos termos do edital publicado.



**Art. 26** São obrigações dos empreendimentos Incubados:

- I. Pagar, em dia, as tarifas ou contrapartidas avençadas, em conformidade com o disposto no instrumento contratual firmado com o Município de João Monlevade e edital, sob pena de rescisão unilateral do contrato de comodato e execução judicial da dívida;
- II. Cumprir todas as normas previstas neste regimento e nas metas estabelecidas pelo Conselho Administrativo e pelo contrato de comodato, sob pena de rescisão unilateral do contrato, sem qualquer direito indenizatório à Empresa Incubada;
- III. Zelar e fazer bom uso do espaço cedido na Incubadora de Empresas, assim como pelo patrimônio lá instalado, durante toda a vigência do contrato;
- IV. Pagar as despesas específicas do módulo ocupado, como água, energia elétrica, telecomunicação, e outros serviços contratados pela empresa incubada, durante todo o período de incubação, sob pena de a inadimplência ensejar a rescisão contratual com o Município, sem qualquer direito indenizatório à Empresa Incubada;
- V. Deverá à empresa incubada apresentar, quando requerido, comprovantes de quitação das despesas como água, energia elétrica, telecomunicação, e outros serviços contratados pela empresa incubada, durante todo o período de incubação, para efeito de fiscalização e tomada de decisão administrativa compatível.

**Art. 27** As Empresas Incubadas deverão responder pela segurança interna de suas áreas, contratando, caso queiram, cobertura securitária aos equipamentos, instalações e outros bens de sua propriedade ou aqueles recebidos a título de empréstimo pela Incubadora de Empresas.

**Art. 28** As Empresas Incubadas deverão apresentar os projetos específicos, bem como projeto de combate a incêndio e pânico aprovado junto ao órgão do Corpo de Bombeiros, e quando for necessário, deve ainda apresentar projeto hidrossanitário e projeto de instalação elétrica, conforme estabelece o edital.

**Art. 29** As Empresas Incubadas deverão apresentar licenciamento ambiental quando possível, e, quando a empresa não for passível de tal licenciamento, deverá apresentar declaração de que a respectiva empresa é isenta de licenciamento ambiental.

**Art. 30** As Empresas Incubadas serão exclusivamente responsáveis pela contratação e



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

pagamentos dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, internet, dos projetos específicos, licenciamentos, ou outro serviço em seu módulo, eximindo a Incubadora de Empresas de quaisquer responsabilidades e ônus existentes.

**Art. 31** As Empresas Incubadas deverão responder total e exclusivamente pelo pagamento integral das despesas individuais decorrentes de sua atividade ou empreendimento, isentando perante seus empregados, fornecedores e demais credores, a Incubadora de Empresas, de quaisquer responsabilidades e ônus decorrentes das referidas despesas sejam elas de que natureza for.

**Art. 32** Constitui obrigação das Empresas Incubadas frequentarem as reuniões, palestras, seminários e treinamentos oferecidos pela Incubadora de Empresas de João Monlevade e comprovar sua frequência a tais eventos mediante assinatura em livro de presença.

**Parágrafo único.** A Empresa Incubada deverá justificar suas faltas às reuniões, palestras, seminários e treinamentos que serão oferecidos pela Incubadora de Empresas de João Monlevade, não a isentando de ser notificada.

**Art. 33** Os Incubados poderão ter forma(s) nova(s) e complementares de participação financeira nas atividades da Incubadora de Empresas, o que ocorrerá a partir de discussão em assembleia, cuja decisão será tomada obedecendo maioria simples de votos (50%+1), desde que todos tenham recebido notificação e que nela expresse os motivos e as finalidades da respectiva assembleia.

**Art. 34** A Empresa Incubada é a única responsável pelo êxito do empreendimento a ser desenvolvido, isentando a Incubadora de Empresas, Administração Municipal e demais parceiros e conveniados, de responsabilidade por problemas decorrentes de má-gestão, administração, ingerência ou qualquer outro fato que ocasione o seu insucesso ou frustração do retorno esperado.

## **CAPÍTULO X**

### **DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

**Art. 35** Fica a cargo do Conselho Administrativo confeccionar o edital de chamamento público com devida assessoria e cooperação da Procuradoria Jurídica do Município que será a responsável pela



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

publicação do Edital na imprensa oficial utilizada pelo Município para suas publicações.

**Art. 36** O edital constitui instrumento que estabelecerá as regras, critérios e condições para a apresentação e seleção das propostas de empreendimentos para ocupação dos módulos na Incubadora de Empresas de João Monlevade, nos termos da legislação federal, estadual e municipal pertinente.

**Art. 37** A prospecção dos empreendimentos do módulo destinado para um coworking denominado Hub de inovação, poderá também acontecer através de parcerias com instituições de ensino superior através de projetos de extensão para o programas tecnológicos ou projetos, envolvendo pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, protótipos, unidades-piloto, inovação de produtos e processos tecnológicos.

**Art. 38** Após avaliação dos projetos pela Comissão Especial, os empreendedores serão listados por ordem de classificação, sendo a lista devidamente publicada, na imprensa oficial do Município.

**Art. 39** Para fins de habilitação, o projeto ou empresa aprovada e classificada mediante o processo seletivo realizado, deverá providenciar os documentos de pessoa jurídica, bem como atender aos respectivos prazos, conforme estabelece o edital.

**Art. 40** A Empresa aprovada se obriga, dentro da vigência do Contrato de Comodato, a ocupar o módulo objeto de cessão e iniciar suas atividades constantes no plano de negócio, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato de Comodato, sob pena de desligamento da empresa na Incubadora de Empresas, e realização de chamada de projeto ou empresa remanescente.

**Art. 41** A desocupação de módulo(s) na Incubadora de Empresas, autoriza a Incubadora de Empresas e/ou Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, por meio do Agente de Desenvolvimento Econômico, a publicar edital para seleção de projetos e/ou empresa(s), ou realizar chamada de empresa remanescente, seguindo a ordem de classificação do processo seletivo realizado.

**Art. 42** O Edital para seleção de projetos/empresas possui validade de 12 (doze) meses, a ser contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.

**Parágrafo único.** Ficarão na fila de espera, aguardando a disponibilidade de módulo, pelo período



máximo de 1 (um) ano, as empresas remanescentes cujos projetos foram aprovados e classificados no processo de seleção, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a critério do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 43** A Empresa Incubada receberá o módulo objeto de cessão descrito, nas condições em que se encontra, desobrigando a Incubadora de Empresas de repará-lo ou adaptá-lo às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades da Empresa Incubada.

**Art. 44** A Empresa Incubada se obriga a zelar e conservar as instalações como se proprietário fosse, utilizando-o para a única e exclusiva finalidade mencionada do plano de negócios, sob pena de rescisão unilateral do contrato firmado.

**Art. 45** O prazo de permanência da empresa incubada é de até 36 (trinta e seis) meses, a contar de sua assinatura do Contrato de Comodato, findo o qual poderá ser ou não prorrogado excepcionalmente com anuência do Conselho Administrativo.

**Art. 46** É vedada a participação no processo de seleção para ocupação de módulo da Incubadora de Empresas:

- I. A criação de empresas que não têm compatibilidade com a estrutura física oferecida;
- II. A criação de empresas, ou empresas de qualquer espécie, que necessitem de alteração na estrutura física do módulo objeto de incubação, que possa comprometer a estrutura física da Incubadora de Empresas;
- III. A criação de empresas ou empresas de qualquer espécie, cujo objeto de trabalho possa gerar ruídos e/ou emissão de gases e poeira, incompatíveis com o grau de tolerância aceitável e coexistência com as demais empresas incubadas;
- IV. A criação de empresas ou empresas de qualquer espécie, que já tiveram a oportunidade de incubação;
- V. A criação de empresas ou empresas de qualquer espécie, que necessitem de obter licenças específicas junto a órgãos fiscalizadores, para abertura e/ou funcionamento da empresa, que possam demandar mais de 60 (sessenta) dias para sua obtenção;
- VI. A pessoa jurídica que se enquadre em recuperação judicial ou extrajudicial, concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- VII. A pessoa jurídica declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera de



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

Governo;

**VIII.** A pessoa jurídica cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa interessada;

**IX.** A pessoa jurídica que esteja impedida no previsto no artigo 9º da Lei 8.666/93 bem como no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021 ;

**§1º** - Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pelo interessado, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

**§2º** - É vedada a participação no processo de seleção para ocupação de módulo da Incubadora de Empresas, as empresas que não se enquadrarem na condição de Microempresa Individual (MEI), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Micro Empresa (ME).

**§3º** - É vedada a apresentação de mais de 01(uma) proposta no processo de seleção para ocupação de módulo da Incubadora de Empresas.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS CONDIÇÕES GERAIS DE USO**

**Art. 47** A Empresa Incubada poderá utilizar-se dos serviços de terceiros, dos serviços oferecidos pela Incubadora de Empresas ou por órgãos conveniados.

**Art. 48** É de inteira responsabilidade do incubado a reparação de prejuízos que cause às instalações da Incubadora de Empresas ou a terceiros, em decorrência de má utilização da infraestrutura, não respondendo a Incubadora de Empresas por qualquer ônus a esse respeito.

**Art. 49** Quaisquer benfeitorias realizadas pelo incubado no módulo que ora lhe é cedido, devem ser solicitadas de forma escrita anteriormente, e serão de inteira responsabilidade do incubado, inclusive quanto aos recursos materiais necessários a esta finalidade, isentando a Incubadora de Empresas, assim como o Município de João Monlevade, de qualquer indenização à empresa incubada.

**Art. 50** As benfeitorias realizadas pelos incubados podem, no término do contrato, ser retiradas



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

pela empresa incubada em 30 (trinta) dias, ou deixadas, desde que, em qualquer dos casos, o módulo seja entregue em boas condições de uso.

**Art. 51** As benfeitorias ou alterações físicas que constarem em módulos da Incubadora de Empresas, e não retiradas, incorporará automaticamente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de João Monlevade, não cabendo, em hipótese alguma, indenização a esse título.

**Art. 52** Considerando o término da vigência do Contrato de Comodato, a empresa incubada será notificada 90 (noventa) dias antes do término da vigência e terá o prazo de 30 (trinta) dias após a data do término da vigência, para deixar o módulo em boas condições de uso.

## **CAPÍTULO XII**

### **DA RESCISÃO DE CONTRATO DE COMODATO**

**Art. 53** Constituem infrações, dentre outras, para a rescisão do Contrato de Comodato firmado entre a Empresa Incubada e o Município:

- I.** A Empresa Incubada descumprir ordem emitida pelo Gerente Executivo e/ou pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, para realizar adaptação ou proceder alteração de situação que não esteja em conformidade com as regras definidas por esse regimento ou pela Administração Municipal, em prazo determinado;
- II.** Houver desvio dos objetivos mencionados no plano de negócio apresentado pela empresa quando de sua participação no processo seletivo que lhe deu direito ao Contrato de Comodato;
- III.** A empresa incubada faltar em reuniões, palestras, seminários e treinamentos oferecidos pela Incubadora de Empresas de João Monlevade;
- IV.** Quando o empreendimento implementado pela Empresa Incubada apresentar riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial da Incubadora de Empresas;
- V.** Quando o objeto de trabalho gera ruídos (barulho, som alto, poluição sonora), na Incubadora de Empresas, incompatíveis com grau de tolerância aceitável e coexistência com as demais empresas incubadas;
- VI.** Quando houver uso indevido de bens e serviços da Incubadora de Empresas.
- VII.** Quando houver infração, por parte de Empresa Incubada, a quaisquer das cláusulas deste



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

Regimento Interno e do Contrato de Comodato firmado;

**§ 1º** O incubado deverá ser notificado, pelo Gerente Executivo e/ou Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, de infrações que cometer, das constantes acima, dentre outras.

**§ 2º** Se devidamente realizada a notificação e a Empresa Incubada não solucionar a questão, poderá, o Gerente Executivo, Agente de Desenvolvimento Econômico e/ou Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, instaurar processo administrativo que enseje a decisão de desligamento, ou outra que couber, da Empresa Incubada, sendo, nesse caso, assegurado o direito do contraditório e a ampla defesa.

**Art. 54** Ocorrerá o desligamento da Empresa Incubada, por decisão do Conselho Administrativo sem que assista à mesma qualquer direito indenizatório, nos seguintes casos:

- I.** Quando a Empresa Incubada for devidamente notificada por infração cometida, por 3 (três) vezes;
- II.** Quando a Empresa Incubada for devidamente notificada por infração constante no art. 51, inciso III, deste regimento, por 3 vezes;
- III.** Se a Empresa Incubada locar, ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o módulo que ora lhe é cedido;
- IV.** Se a Empresa Incubada, não ocupar o módulo objeto de comodato e não iniciar as atividades constantes no plano de negócio, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato de Comodato;
- V.** Quando expirar o prazo de vigência estipulado pelo Contrato de Comodato;
- VI.** Quando o Projeto para criação de empresa ou empresa de qualquer espécie, necessitar da obtenção de licença(s) específica(s) junto a órgãos fiscalizadores, para abertura e/ou funcionamento da empresa, e não obter a respectiva licença no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de assinatura do Contrato de Comodato;
- VII.** Quando houver atraso no pagamento da Tarifa de Utilização do Sistema Compartilhado de Incubação por 03 (três) meses consecutivos.

**§ 1º** Após a data de notificação para desligamento da Empresa Incubada, contabilizar-se-á 30 (trinta) dias para se efetivar a sua respectiva saída.



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**§ 2º** Eventual recusa da Empresa Incubada ao cumprimento da ordem de desligamento, a sujeitará à tomada das medidas judiciais cabíveis.

**Art. 55** O Contrato de Comodato poderá ser rescindido nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93 bem como nos termos do artigo 90º §7º da Lei 14.133/2021.

### **CAPÍTULO XIII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 56** Os empregados municipais cedidos, ou aqueles que, de qualquer forma prestarem qualquer tipo de serviço ou colaboração aos incubados ou em prol dos projetos desenvolvidos pela Incubadora de Empresas, em hipótese alguma, terão relação empregatícia com a Incubadora de Empresas.

**Art. 57** As Empresas Incubadas deverão cumprir normas específicas relacionadas à sua atividade, além da legislação que regulamenta as práticas de segurança e prevenção de acidentes, devendo responsabilizar-se pela prevenção e segurança do trabalho e fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários ao trabalho de seus funcionários e exigir o uso, bem como proibir práticas que exponham a risco o meio ambiente e a saúde de terceiros.

**Art. 58** O exercício financeiro da Incubadora de Empresas terá início no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo único.** O orçamento anual, a ser incorporado na Lei Orçamentária Municipal, poderá ser revisto e modificado durante o correspondente exercício, submetido à apreciação do Chefe do Executivo, nos termos da legislação vigente.

**Art. 59** Os casos omissos neste Regimento Interno deverão ser resolvidos pelo Conselho Administrativo.

**Art. 60** A Incubadora de Empresas terá duração por prazo indeterminado.



**JOÃO MONLEVADE**

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

**Art. 61** Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 14 de fevereiro de 2023.

João Monlevade, 15 de fevereiro de 2023.

**THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS**

Agente de Desenvolvimento Econômico

**FABRÍCIO PINTO DE MELO LOPES**

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo no décimo quinto dia do mês de fevereiro de 2023.

**GENTIL LUCAS MOREIRA BICALHO**

Assessor de Governo